

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	12
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	26
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	28
10.8 - Plano de Negócios	29
10.9 - Outros fatores com influência relevante	30

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### RISCO DE MERCADO

#### Riscos relacionados à variação cambial

A Celesc, suas subsidiárias e a controlada SCGÁS, não possuem empréstimos ou financiamentos em moedas estrangeiras. Porém, a Companhia está exposta ao risco de variações na taxa de câmbio decorrentes das operações na Celesc Distribuição S.A., onde parcela significativa da energia comprada para revenda é oriunda de Itaipu e, portanto, cotada parcialmente em dólar. A depreciação do Real com relação ao Dólar aumenta o custo de compra de eletricidade de Itaipu, uma das principais fornecedoras da distribuidora.

Apesar da relevância dos valores envolvidos, os riscos têm caráter exclusivamente financeiro (impacto momentâneo no caixa) não implicando em impacto econômico. Essa característica deve-se às particularidades do setor elétrico, mais especificamente, aos mecanismos de reajuste tarifário que as distribuidoras estão sujeitas, os quais consideram tais variações cambiais no custo da energia, permitindo que a concessionária recupere os valores desembolsados a cada revisão tarifária.

#### Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

#### Risco de crédito

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

#### Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### Riscos ligados à restrição a crédito e aumento no custo de captação

A Celesc, enquanto Empresa de economia mista (controle estatal), encontra dificuldades de obtenção de crédito junto aos bancos oficiais, em especial o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Sócio Econômico. Este fator decorre das limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ao Setor Público Estadual. A Resolução BACEN nº 2.827 de 30/03/2001 consolidou e redefiniu as regras para o Contingenciamento de Crédito ao Setor Público para captação de recursos junto ao BNDES, o qual veda a contratação de operações de crédito que tenham como beneficiários diretos ou indiretos os Estados controladores do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e entidades integrantes das suas administrações direta, indireta e fundacional.

Nesse contexto a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de custos potencialmente elevados advindos de captações necessárias para a expansão dos seus negócios. Tais riscos são de difícil mensuração, uma vez que não é possível precisar quais seriam os custos de captação no caso de acesso às linhas de crédito oficiais (geralmente mais baratas).

### RISCO OPERACIONAIS

#### Risco quanto à escassez de energia elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado, um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

#### Risco de não renovação das concessões

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica e tem a expectativa de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

reguladores nem renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia – “concessão onerosa”, os atuais níveis de rentabilidade e atividade serão alterados.

### **Intervenção Política no mercado de Energia**

As subsidiárias integrais e a controlada SCGás, enquanto concessionárias de serviço público, estão sujeitas à intervenção política nos mercados em que atuam. Tais intervenções estariam ligadas, principalmente, a formação de preços dos produtos e serviços objeto das concessões, e podem ser exemplificados pelos programas de subvenção governamental destinados a promover o desenvolvimento econômico e social do país. Um bom exemplo é o encargo setorial denominado Conta de Compensação de Combustíveis, que é imposto à todas as distribuidoras de energia elétrica, e objetiva subsidiar as tarifas de energia dos sistemas isolados (termelétricas a óleo diesel) instalados no norte do país.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia, suas subsidiárias integrais ou sua controlada não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge). O entendimento da Administração da Empresa é de que os riscos discriminados no item 5.1 deste formulário foram consideravelmente mitigados por dois aspectos principais: (i) os avanços no ambiente macroeconômico brasileiro (estabilização e fortalecimento das instituições de mercado) e; (ii) a consolidação do processo de reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro vivenciado no início da década passada (2003 e 2004), e intitulado como o novo marco regulatório do setor.

O gerenciamento de riscos na Companhia segue as diretrizes estabelecidas em seu Estatuto Social e Regimentos Internos, que determinam a existência e competência das auditorias interna e externa, as atribuições dos administradores, as responsabilidades dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, a adesão ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA.

A Companhia não possui uma política formal de gestão de riscos, mas a Empresa vem trabalhando no aprimoramento de Controles Internos e mitigação de riscos, através de consultores especializados.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

A Companhia informa que não houve ao longo do exercício social de 2011 nenhum fato ou evento que alterasse de forma relevante sua exposição aos riscos descritos no item 5.1.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

A Companhia julga não haver outras informações relativas aos riscos de mercado que está exposta que sejam relevantes para a tomada de decisão dos investidores.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As Centrais Elétricas de Santa Catarina atuam de forma estratégica, aperfeiçoando sua estrutura financeira e patrimonial, executando a política energética formulada pelo Governo de Santa Catarina, produzindo retornos satisfatórios aos investidores e auxiliando a promoção do desenvolvimento econômico da sociedade catarinense.

A Companhia apresenta plenas condições financeiras e patrimoniais tanto para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, como também dar cumprimento aos objetivos e investimentos estratégicos.

O lucro líquido aumentou em termos nominais mais de 160% nos últimos três exercícios, e 18,42% entre 2010 e 2011.

O resultado foi fortemente influenciado pela atividade de Distribuição que no último ano registrou aumento do Lucro Líquido em 59,34% e mais de 396% no triênio.

A Celesc Distribuição responde por cerca de 95% da receita do grupo, embora as demais atividades, de geração de energia e fornecimento de gás estejam tornando-se cada vez mais importantes.

Como reflexo, o EBITDA no exercício de 2011 atingiu R\$585,69 milhões e a de lucro líquido sobre receita líquida passou de 3,56% em 2010 para 7,73% em 2011.

Nas atividades de geração de energia, o volume produzido pela Celesc Geração registrou em 2011 uma redução de 6,22% relativamente a 2010. Tal redução teve origem na paralisação de duas usinas por cerca de dois meses, além do menor índice pluviométrico. A redução no volume de energia gerada ensejou a diminuição do Lucro Bruto em semelhante proporção. O aumento, porém, nos custos e a diminuição nas receitas financeiras tornaram o Lucro Líquido da Celesc Geração em 2011, 37,38% menor que em 2010.

Santa Catarina registrou em 2011 um aumento significativo na demanda por gás natural, o que influenciou positivamente as atividades da SCGAS. Do ponto de vista do resultado econômico, porém, a SC GÁS se viu prejudicada em função do reajuste tarifário permitido pelo Governo do Estado não haver contemplado a integralidade da elevação do custo de aquisição. A questão tarifária, portanto, foi responsável por uma diminuição de 37,38% no Lucro Líquido do exercício 2011 relativamente a 2010.

Praticamente a totalidade dos indicadores financeiros e patrimoniais do grupo apresentou progressos significativos durante o triênio 2009-2011. O destaque ficou com o acréscimo do lucro líquido em 160,36% - resultado mais do que acompanhado pela evolução do EBITDA (LAJIDA).

Pode-se reportar um ligeiro crescimento do passivo total, com predomínio para a porção circulante, o que, contudo, não compromete a liquidez - quer de curto como de longo prazo. Nesse sentido, o grupo Centrais Elétricas de Santa Catarina exibe índices de liquidez bastantes conservadores, inclusive com tendência ao aumento sensível da representatividade tanto do Lucro Líquido como do Patrimônio Líquido em relação ao montante total de Passivos.

*Análise da estrutura financeira e patrimonial*  
(em milhares de Reais)

	2011	2010	2009
Patrimônio Líquido	2.174.531	1.940.507	1.737.793
Receitas Líquidas	4.191.414	4.036.765	3.498.260
Custos e Despesas (não financeiras)	3.752.582	3.763.726	3.409.940
Lucro Operacional	438.832	273.039	88.320
Receita Financeira Líquida	15.218	84.810	74.920
Lucro Líquido	323.887	273.516	124.399
Ativo Circulante	1.472.191	1.211.010	1.190.372
Passivo Circulante	1.325.420	1.188.129	1.037.067

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Passivo Total	3.190.699	3.061.365	3.008.826
Ativo Total	5.365.230	5.001.872	4.746.619
Depreciação	155.810	155.306	140.063
EBITDA (LAJIDA)	586.689	421.685	192.101
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	14,89%	14,10%	7,16%
Lucro Líquido / Receita Líquida	7,73%	6,78%	3,56%
Ativo Circulante / Passivo Circulante	111,07%	101,93%	114,78%
Ativo Total / Passivo Total	168,15%	163,39%	157,76%
Passivo Circulante/ Passivo Total	41,54%	38,81%	34,47%
Patrimônio Líquido/ Passivo Total	68,15%	63,39%	57,76%
Lucro Líquido / Passivo Total	10,15%	8,93%	4,13%

<b>Evolução dos Indicadores (2011-2009)</b>	
<b>Evolução da Receita Líquida</b>	<b>19,81%</b>
<b>Evolução Custos e Despesas</b>	<b>10,05%</b>
<b>Evolução Receita Financeira Líq.</b>	<b>-79,69%</b>
<b>Evolução Lucro Líquido</b>	<b>160,36%</b>

Em 2010 a Companhia viu aumentada a sua receita líquida em 15,4%, em relação ao exercício de 2009, resultado de um acréscimo de 108.636 novos clientes na área de distribuição de energia, bem como, de um reajuste tarifário positivo, com impacto médio de 9,85% para os consumidores da Celesc Distribuição.

Também em 2010, a receita líquida foi supletivamente impulsionada pelo segmento de distribuição de gás natural canalizado, com o ingresso de 343 novos consumidores, em sua maioria, clientes residenciais.

Embora o resultado geral em 2010 tenha sido fortemente influenciado pelos fenômenos de cunho regulatório e operacional, ocupou também lugar importante o resultado financeiro do Grupo - reflexo do valor justo do investimento junto à coligada Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), no montante de aproximadamente 16 milhões de Reais.

Outro fator determinante para o crescimento do lucro líquido de 2010 foi a diminuição de 24,93% da rubrica "Outras receita (despesas) operacionais", na qual se registrou um montante superior de reversão de provisões passivas se comparado aos valores provisionados.

Também teve influência em 2010 a receita de construção, 77,5% superior ao valor de 2009. A rubrica receita de construção é fruto da conversão das normas contábeis ao IFRS, no qual os valores de investimento em construção até então registrados diretamente no Ativo Imobilizado, passaram pelo resultado nas contas de receita e custo de construção.

A Celesc Distribuição adota margem de construção zero, de forma que os valores de receita são iguais aos de custo de construção, não havendo influência sobre o lucro líquido. Assim, refere-se à contabilização da receita de construção de infra-estrutura proveniente dos



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contratos de concessão do Grupo, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do trabalho realizado. Em virtude da terceirização dessa atividade com partes não relacionadas, o Grupo considera a margem de construção irrelevante, e, dessa forma, não a utiliza no reconhecimento da receita de construção.

### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as empresas do grupo apresentam índices de liquidez – tanto de curto prazo como de longo prazo – conservadores, além de lucros líquidos compatíveis com os respectivos patrimônios e níveis de endividamento.

Pode-se assinalar um ligeiro aumento na composição de curto prazo dos passivos, ocasionada basicamente pelos empréstimos bancários, debêntures e Finame.

A seguir estão apresentados índices e coeficientes financeiros e patrimoniais de maior relevância das empresas e consolidados, destacando que todos os resultados encontram-se conforme as normas contábeis atuais.

	Consolidado			Controladora			Celesc Distribuição			Celesc Geração			SC Gás		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Patrimônio Líquido	2.174.531	1.940.507	1.737.793	2.174.531	1.940.507	1.737.793	1.484.443	1.214.163	1.516.988	306.345	260.870	244.319	186.598	201.017	186.203
Receitas Líquidas	4.191.414	4.036.765	3.498.260	325.914	-	-	4.031.621	3.888.854	3.363.320	51.810	54.747	50.277	489.370	453.307	442.721
Custos e Despesas (não financeiras)	3.752.582	3.763.726	3.409.940	14.231	-	-	3.632.601	3.696.357	3.342.822	32.452	28.100	25.147	425.094	336.560	350.544
Lucro Operacional	438.832	273.039	88.320	311.683	246.803	113.565	399.020	192.497	20.498	19.358	26.647	25.130	64.276	116.747	92.177
Receita Financeira Líquida	15.218	84.810	74.920	12.204	37.900	21.219	3.531	42.204	49.185	1.375	3.998	4.389	1.482	4.695	9.751
Lucro Líquido	323.887	273.516	124.399	323.887	273.516	124.399	287.411	180.379	57.937	13.804	22.043	21.727	43.981	80.778	66.842
Ativo Circulante	1.472.191	1.211.010	1.190.372	124.185	116.987	62.609	1.344.899	1.270.370	1.152.914	368.069	38.587	244.319	93.702	145.264	135.274
Passivo Circulante	1.325.420	1.188.129	1.037.067	87.275	92.577	50.217	1.256.551	1.186.992	892.993	395.301	18.366	16.168	119.964	132.626	123.991
Passivo Total	3.190.699	3.061.365	3.008.826	95.109	100.449	92.057	3.012.828	2.953.557	2.179.574	467.689	89.523	88.885	124.955	142.362	141.714
Ativo Total	5.365.230	5.001.872	4.746.619	2.269.640	2.040.956	1.829.850	4.497.271	4.167.720	3.696.562	395.301	350.393	333.204	311.553	343.379	327.916
Depreciação	155.810	155.306	140.063	1.535	3	-	143.032	144.961	129.861	6.859	5.962	1.247	-	25.684	25.582
EBITDA (LAJIDA)	586.689	421.685	192.101	-12.696	16.932	7.185	542.052	337.458	315.377	26.370	32.608	31.008	65.759	147.126	117.759
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	14,89%	14,10%	7,16%	14,89%	14,10%	7,16%	19,36%	14,86%	3,82%	4,51%	8,45%	8,89%	23,57%	40,18%	35,90%
Lucro Líquido / Receita Líquida	7,73%	6,78%	3,56%				7,13%	4,64%	1,72%	26,64%	40,26%	43,21%	8,99%	17,82%	15,10%
Ativo Circulante / Passivo Circulante	111,07%	101,93%	114,78%	142,29%	126,37%	124,68%	107,03%	107,02%	129,11%	93,11%	210,10%	1511,13%	78,11%	109,53%	109,10%
Ativo Total / Passivo Total	168,15%	163,39%	157,76%	2386,36%	2031,83%	1987,74%	149,27%	141,11%	169,60%	84,52%	391,40%	374,87%	249,33%	241,20%	231,39%
Passivo Circulante/ Passivo Total	41,54%	38,81%	34,47%	91,76%	92,16%	54,55%	41,71%	40,19%	40,97%	84,52%	20,52%	18,19%	96,01%	93,16%	87,49%
Patrimônio Líquido/ Passivo Total	68,15%	63,39%	57,76%	2286,36%	1931,83%	1887,74%	49,27%	41,11%	69,60%	65,50%	291,40%	274,87%	149,33%	141,20%	131,39%
Lucro Líquido / Passivo Total	10,15%	8,93%	4,13%	340,54%	272,29%	135,13%	9,54%	6,11%	2,66%	2,95%	24,62%	24,44%	35,20%	56,74%	47,17%

	Consolidado			Controladora			Celesc Distribuição			Celesc Geração			SC Gás		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Evolução da Receita Líquida	19,81%						19,87%			3,05%			10,54%		
Evolução Custos e Despesas	10,05%						8,67%			29,05%			21,27%		
Evolução Receita Financeira Líq.	-79,69%			-42,49%			-92,82%			-68,67%			-84,80%		
Evolução Lucro Líquido	160,36%			160,36%			396,08%			-36,47%			-34,20%		

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou cotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate.

Não existe intenção de resgatar as ações de emissão da Companhia.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A estrutura de capital das Centrais Elétricas de Santa Catarina (grupo) apresenta níveis conservadores de alavancagem. Em especial na Celesc Distribuição, visa-se adequar a estrutura de capital investindo parcela relevante de capital de terceiros no ativo remunerável. Desse modo, busca-se deslocar o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de modo a permitir uma adequada remuneração do capital.

O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	2011	2010
Total de Empréstimos	371.098	320.341
menos: caixa e equivalentes de caixa	-442.495	-260.252
Dívida Líquida	-71.397	-60.089
Capital Próprio (P.Líquido) 68,15%	2.174.531	1.940.507
Capital de Terceiros (Passivo) 31,85%	3.190.699	3.061.365
Índice de Alavancagem Financeira - %	3,28	3,00

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas empresas apresentam plena e sólida capacidade de pagar suas obrigações financeiras.

Nos últimos três anos a capacidade de pagamento da empresa, estimada pelo EBITDA (LAJIDA) aumentou mais de 200%, o que, considerado conjuntamente com o volume de passivos, demonstra a crescente capacidade das Centrais Elétrica de honrar os compromissos assumidos.

A quase totalidade dos compromissos financeiros das Centrais Elétricas de Santa Catarina é derivada das atividades da Celesc Distribuição, a qual apresenta também seguros índices de endividamento e liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 14 de abril de 2011, a Companhia, por meio da subsidiária Celesc Distribuição, contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento de Capital de Giro, com taxa de juros anual de 11, 832 % mais IRP (Índice de Remuneração da Poupança). Tal operação contempla o montante de R\$ 80.000.000 para utilização sob a forma de Capital de Giro, tendo prazo total de quitação de 18 meses com carência de 12 meses para pagamento do capital e juros, divididos em seis parcelas mensais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Tal situação não se aplica, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias possuem índices de liquidez seguros e contam, de regra, com suficientes recursos próprios a fim de cobrir as necessidades de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A companhia adota políticas conservadoras de captação de recursos financeiros, portanto os índices de endividamento das Centrais Elétricas de Santa Catarina são modestos. Muito embora em 2011 tenha havido maior concentração relativa do endividamento no curto prazo, a situação geral é favorável devido aos adequados índices de liquidez.

No mês de abril de 2011, a Celesc Distribuição captou 80 milhões de Reais, junto ao Banco do Brasil, para Financiamento de Capital de Giro. A taxa anual pactuada foi 11, 832 % mais IRP (Índice de Remuneração da Poupança) e o prazo de quitação compreende 18 meses carência de 12 meses para pagamento do capital e juros, divididos em seis parcelas mensais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O FIDC ou "Fundos de Recebíveis", é uma modalidade de fundo de investimento cujos ativos são compostos de direitos creditórios. A Celesc Distribuição ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de inadimplência. De acordo com as práticas contábeis no Brasil, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo.

A Empresa Catarinense de Comercialização de Energia emitiu em 16 de março de 2011 série única de 75 debêntures no valor de R\$75.000, com prazo de vigência de cinco anos. A espécie das debêntures é simples, não conversível em ações. Sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos, acrescida uma sobretaxa de 1,30% ao ano, com base em 252 dias úteis. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado a partir do 6º mês, contando da data de emissão, em parcelas mensais e consecutivas, conforme cronograma disposto na escritura de emissão das debêntures, iniciando em 16 de setembro de 2011.

A tabela abaixo apresenta a composição dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (grupo):

Empréstimos						
(em Milhares de Reais)						
	Taxa Anual de Juros e Comissões	2011	2010	2009	Garantia	2011-2009
BNDES	TJLP + 4,50	4.008	17.474	17.517	Subordinada	-77,12%
Empréstimos Bancários	11, 832% a.a + IRP	103.376	45.472	68.041	Subordinada	51,93%
Eletrobrás	5%	151.092	140.510	100.098	Subordinada	50,94%
FIDC	CDI + 0,97	63.425	112.604	152.469	Subordinada	-58,40%
Debêntures	CDI+1,30%	21.484	-	-	Subordinada	-
Finame	5%	27.713	4.281	-	Subordinada	-
<b>Total de Empréstimos</b>		<b>371.098</b>	<b>320.341</b>	<b>338.125</b>		<b>9,75%</b>
<b>Circulante</b>		<b>241.298</b>	<b>109.720</b>	<b>90.299</b>		<b>167,22%</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>129.800</b>	<b>210.621</b>	<b>247.826</b>		<b>-47,62%</b>
de um a cinco anos		110.031	190.611	226.988		-51,53%
mais de cinco anos		19.769	20.010	247.826		-92,02%

Os empréstimos e financiamentos contratados junto à Eletrobrás pela Celesc Distribuição destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante. Em 2010, cabe destacar, o crescimento em 40%, proveniente do aporte de recursos pela Eletrobrás, no valor de R\$ 54,5 milhões para cobertura financeira dos custos diretos do programa de obras de transmissão para o Estado de Santa Catarina, visando à recuperação do sistema elétrico, no âmbito da concessionária, pelos projetos de subestações de tensão de 138KV e linhas de transmissão na tensão de 138KV.

A Controlada SCGÁS possui um contrato de empréstimo junto ao BNDES, com saldo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 8.680.581, cuja finalidade é à ampliação de rede de gás natural. A garantia do financiamento é a manutenção dos títulos em cobrança de alguns clientes especificados em contrato. Tal empréstimo possui vencimento final para 15 de novembro de 2013.

Do total de empréstimos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina, 92,45% pertencem a Celesc Distribuição e referem-se basicamente a investimentos na rede de distribuição, subestações e, no caso do Finame, compra de equipamentos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Do ponto de vista das garantias, todas as dívidas da companhia são subordinadas, sendo praticamente todas garantidas por recebíveis, conforme demonstra o quadro de empréstimos acima.

(iv)eventuais restrições impostas ao emissor, em especial , em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores imobiliários e à alienação do controle societário.

As empresas controladas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, como as Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias estão sujeitas a procedimentos específicos no tocante a alienação de controle acionário, que, segundo o artigo 13º da Constituição do Estado, dependem de lei específica.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Além disso, algumas das demais empresas do grupo possuem dispositivos especiais, normalmente atinentes à concessão do serviço público que exploram.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/1999 estabelece que é vedado a Celesc Distribuição ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também necessária a autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 55/1999 estabelece que é vedado a Celesc Geração ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também necessária a autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

Restrições legais de endividamento das empresas sob controle estatal dificultam o acesso das Centrais Elétricas de Santa Catarina de suas subsidiárias integrais às linhas de crédito do BNDES, impossibilitando-as de competir em igualdade de condições pela oferta de capital. Tais restrições encontram-se basicamente materializadas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na impossibilidade de empréstimos do BNDES.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O desempenho da economia catarinense foi bastante influenciado pela variação negativa de muitos de seus principais setores industriais a exemplo do moveleiro, têxtil e madeireiro - cujas vendas industriais regrediram de 10 a 20% em relação a 2010.

Desse modo, mesmo com o bom desempenho da construção civil e dos setores de comércio e serviços, os resultados agregados da economia catarinense ficaram abaixo da média nacional.

O consumo de energia da classe comercial cresceu em 2011 8,5% - o que foi responsável por compensar o modesto desempenho das outras classes, resultando, ao final de 2011, em um aumento do consumo de energia elétrica de 3,4%.

a.resultado das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina atuam basicamente nas atividades de distribuição de energia, geração de energia e fornecimento de gás natural. O principal setor de atuação é o de distribuição de energia elétrica. Muito embora as atividades da Distribuição tenham – nos últimos três anos – sido responsáveis por mais de 96% da Receita Líquida, as empresas de geração e fornecimento de gás têm uma importância relevante em relação ao Lucro Líquido do grupo.

### *Lucros Individuais e participação proporcional*

*(em Milhares de Reais)*

	2011	2010	2009	2011-2009
Lucro Líquido	323.887	273.516	124.399	160,36%
Celesc Distribuição	287.411	180.379	57.937	396,08%
	83,26%	63,69%	39,55%	
Celesc Geração	13.804	22.043	21.727	-36,47%
	4,00%	7,78%	14,83%	
SC Gás	43.981	80.778	66.842	-34,20%
	12,74%	28,52%	45,62%	

A contribuição, portanto, de cada uma das atividades para o lucro do grupo apresenta grande variabilidade, uma vez que cada segmento tem determinantes próprios.

Contudo, essa variedade tende a trazer ao grupo maior estabilidade geral, como ficou evidenciado em 2009.

A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que contemplam desde a temperatura como os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou um reajuste no valor da tarifa de energia elétrica equivalente a 1,19% sobre o valor pago pelos consumidores cativos. A variação no valor da tarifa é produto de um ajuste de -0,28% na parcela A (custos não-gerenciáveis) e +1,86% na parcela B (custos gerenciáveis). Considerando que a parcela B representa 25% do total arrecadado, o resultado na receita requerida da Celesc Distribuição foi de +1,58%.

A Receita Operacional Bruta da Celesc Distribuição reportou um aumento de 5,37%, comparada à de 2010. O aumento da receita foi acompanhado de redução nos custos operacionais da ordem de 3,34%. Desse modo, mesmo com o aumento das despesas financeiras em 51,74 milhões de Reais, a empresa obteve um lucro líquido em 2011 superior ao de 2010 em 59,35%.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As atividades de Celesc Geração resultaram em uma receita bruta de 58,23 milhões de Reais e um lucro líquido de 13,8 milhões de Reais durante o ano de 2011.

A Celesc Geração S.A. detém Concessão de Serviço Público de Geração no Estado de Santa Catarina e atualmente, sua atuação se dá 95% no mercado livre e 5% no mercado regulado, ou seja, suas operações de Compra e Venda de Energia Elétrica atendem em sua maioria ao Ambiente de Contratação Livre, através de contratos bilaterais diretamente com seus clientes, e que são oriundos de processos licitatórios na forma de Leilões de Energia, realizados conforme legislação vigente.

Em 2011, a Empresa participou do 11º Leilão de Ajuste, firmando seus primeiros contratos no Ambiente Regulado com duas distribuidoras.

A formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes diversificada entre as classes industrial, comercial e suprimimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo. O preço médio dos contratos existentes com base em 2011 é 118,00 R\$/MWh.

Em julho de 2011 a Celesc Geração obteve a liberação por parte da Aneel para pôr em funcionamento duas unidades geradoras na Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Prata totalizando a potência instalada de 3.000 kW. A PCH Prata integra a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Cia. Energética Rio das Flores, cuja participação da Celesc Geração corresponde a 25%. As atividades do novo empreendimento agregarão 0,75 % à potência instalada da Celesc Geração.

As vendas no curto prazo em 2011, originadas a partir das sobras energéticas das usinas, reduziram 47% em relação a 2010. Em contrapartida as negociações no longo prazo, mais seguras e rentáveis para a empresa, cresceram 7,16 % em relação a 2010.

A Empresa busca reaver na justiça em torno de R\$ 2,6 mi, relativo à inadimplência de contrato de longo prazo firmado com a empresa Pelzer System/Marc Pelzer Ltda.

No que respeita às atividades de fornecimento de gás natural desenvolvidas pela SCGAS, não obstante a diminuição da receita devido a um aspecto regulatório-tarifário, registrou-se um vigoroso crescimento das vendas médias diárias, que em 2011 atingiram 1.835 mil m³/dia, ante 1.741 mil m³/dia em 2010, representando 5,4% de aumento. Pode-se destacar ainda o crescimento de 6,0% do mercado industrial, 24,4% e 52,9% nos mercados comercial e residencial, respectivamente.

Outro fato bastante positivo relegado à empresa de fornecimento de gás natural é ampliação da Carteira de Clientes: o número de clientes foi ampliado em 47,3%, passando de 1.988 ao final de 2010 para 2.928 em dezembro de 2011, com destaques para os crescimentos de 61,3% no mercado residencial, 12,2% no comercial e 8,2% no industrial.

Por fim, vale ressaltar que tal trajetória de crescimento encontra-se sustentada sobre bases sólidas, uma vez que além de elevada a demanda por gás natural, também se amplia continuamente a rede de distribuição: foram investidos aproximadamente 58,8 milhões de Reais, grande parte na construção de 75 km de novas redes de distribuição, ampliando para 956 km a extensão total de redes implantadas pela SCGAS em Santa Catarina.

### Exercício de 2010

O ano 2010 caracterizou-se por uma recuperação parcial das economias mundiais, com um crescimento bastante pronunciado nos países emergentes e em poucos países de economia mais avançada como Estados Unidos, Alemanha e Japão. Nos demais países industrializados o desenvolvimento no ano foi bastante reduzido.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As autoridades monetárias dos Estados Unidos e o Banco Central Europeu mantiveram uma política expansiva, com manutenção de taxas de juros historicamente mínimas.

No que diz respeito aos mercados financeiros, o desenvolvimento dos índices de ações foi bastante mais dispar. Uma alta significativa na bolsa na Alemanha e uma desvalorização muito acentuada nos papéis italianos e espanhóis.

Na Zona do Euro, em 2010, ao lado do setor bancário, o de utilities foi o único a obter desempenho negativo, em cerca de 8% (Stoxx 600 utilities). No Brasil, ao contrário, o Índice de Energia Elétrica, da Bovespa, registrou uma valorização nominal de quase 12%.

De certo modo, havia no Brasil um conjunto de expectativas favoráveis em relação à recuperação pós-crise financeira de 2007 e 2008, onde o impulso à demanda interna continuou sendo à base do desenvolvimento econômico e o mercado de trabalho voltou ao dinamismo pré-crise.

A massa salarial cresceu e com ela a confiança para consumir. Os investimentos industriais foram retomados para atender o aquecimento do mercado, especialmente no primeiro trimestre do ano, marcado pelos incentivos fiscais para a compra de veículos e eletrodomésticos. Ao longo do ano, a demanda interna se desacelerou aos poucos e acabou crescendo bem menos do que a produção. No ano, o PIB (Produto Interno Bruto) apresentou crescimento de 7,5%, contra índice negativo de 0,6% em 2009.

O ambiente favorável no cenário nacional, também se fez presente em alguma medida na área de atuação da Celesc. Em Santa Catarina, com o reaquecimento do consumo, os investimentos industriais foram retomados. A atividade industrial registrou ritmo forte no primeiro trimestre e depois se acomodou. Com o fim das medidas anti-crise (desoneração de IPI para veículos e linha branca), o Estado terminou 2010 com resultados positivos, mas inferiores à média nacional.

No ambiente regulatório da atividade de Distribuição, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, em seis de agosto de 2010, publicou no Diário Oficial da União – DOU, a Resolução Homologatória nº 1.037, estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Celesc Distribuição no período de 07 de agosto de 2010 a 06 de agosto de 2011. Tais tarifas foram reajustadas, em média, 16,75%, sendo 9,25% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 7,50% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 9,85% a ser percebido pelos consumidores cativos.

A receita operacional líquida consolidada (ROL) manteve sua trajetória de crescimento, apresentando no acumulado de 2010, evolução de 15,39% em relação a 2009 totalizando R\$4.036 milhões

No ano de 2010, As despesas operacionais consolidadas, que refletem as despesas administrativas e com vendas, acumularam nos doze meses de 2010, o valor de R\$392,1 milhões, representando queda de 24,9% em relação ao mesmo período de 2009.

Tal variação expressiva decorre, basicamente: (i) da base de comparação, ou seja, em 2009 haviam sido contabilizados como despesa a baixa do ativo constituído como “Energia Livre” de aproximadamente R\$40 milhões; (ii) a reavaliação do risco de contingências judiciais que resultaram na reversão de provisões passivas. Destaca-se a reversão de R\$28 milhões com base na última avaliação de risco efetuada por escritório habilitado para o acompanhamento do processo que se refere à compensação de créditos decorrentes da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS prevista no art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, onde a possibilidade de perda do direito foi reclassificada como remota, tendo em vista que a matéria encontra-se pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

O resultado das atividades obteve crescimento extraordinário da ordem de 237,03% em relação ao exercício de 2009, proveniente da constituição da reversão de provisões. Em função disso, o EBITDA acumulado da Celesc foi de R\$421,6 milhões em 2010. A expectativa da Diretoria é de que as diversas ações efetivadas visando à redução dos custos e o incremento da eficiência operacional permitirá ao Grupo Celesc buscar uma trajetória mais crescente na geração operacional de caixa.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2010, o Grupo Celesc registrou lucro líquido de R\$273,5 milhões (aumento de 120% em relação a 2009) reflexo, principalmente, dos resultados de suas subsidiárias integrais Celesc Distribuição S.A. (R\$180,3 milhões), Celesc Geração S.A. (R\$22 milhões) e SCGAS (R\$80,7 milhões).

### • Celesc Distribuição S.A.

Em 2010, colaboraram para o desempenho deste indicador: o maior consumo de energia elétrica proveniente do crescimento vegetativo, a recuperação expressiva do mercado no quarto trimestre de 2010 e o reajuste tarifário concedido pela ANEEL em agosto com impacto médio de 9,85%, onde índice determinado pela ANEEL incidiu de forma diferenciada para as diversas classes de consumidores da Empresa. Os consumidores ligados em Baixa Tensão tiveram impacto médio 8,94% em suas contas de energia elétrica. Os consumidores ligados em Alta Tensão tiveram impacto médio de 10,89%.

A evolução da receita foi suficiente para cobrir o aumento dos custos e despesas operacionais que foram impactadas tanto por fatores recorrentes, como principalmente pelos gastos com energia comprada no 2º semestre de 2010, fruto dos despachos de termoeletricas e consequente elevação do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, bem como, a variação da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, que registrou crescimento de 44% e o reconhecimento dos custos de construção que somaram 376,2 milhões.

### • Celesc Geração S.A.

A Receita Operacional Bruta da subsidiária de geração foi de R\$61,8 milhões, 7,1% maior que o ano anterior, como principais fatos, o volume pluviométrico acima da média registrado durante o período nas bacias das usinas, aliado a melhoria do índice de disponibilidade das unidades geradoras ocasionado pela forte atuação de Manutenção Preventiva, fazendo com que fosse registrado, em 2010, recorde histórico de produção de energia do parque gerador da Celesc Geração. No ano de 2010, foram produzidos 612 GWh, ante média anual de 485 GWh (gigawates-hora) nos últimos três anos.

Devido ao planejamento estratégico de sazonalização de Garantia Física (processo de alocação dos montantes de Garantia Física mensalmente na CCEE, buscando melhorar a receita através da previsão de preços de energia, considerando a energia comprometida em contratos existentes e flexibilidades contratuais) realizado pela equipe técnica da Divisão de Engenharia e Regulação – DVER, foram alocados 105% do montante da Garantia Física para o segundo semestre de 2010, cujo valor previsto de PLD seria mais elevado devido ao período seco da região Sudeste/Centro Oeste, mantendo-se apenas 95% da Garantia Física no primeiro semestre, onde a previsão apontava preços de energia menores até mesmo registrando valores de PLD mínimo.

Com a concretização da previsão, foi registrado no segundo semestre um aumento significativo no preço da energia elétrica no mercado livre (PLD), elevando o valor médio dos leilões de curto prazo ocorridos neste período, fazendo com que o montante de 105% de Garantia Física alocado para este período aumentasse a receita.

Ainda, o montante de 95% alocado no primeiro semestre, que teve registro de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD mínimos, resultou em menor sobra para a venda de curto prazo, aumentando a receita para este período. Por outro lado, o crescimento das despesas operacionais, que passaram de R\$25,1 milhões em 2009 para R\$28,1 milhões em 2010, reflete os efeitos da estruturação administrativa da Empresa. Além disso, o crescimento dos gastos não gerenciáveis, em 8,7%, principalmente pelo encargo do uso da rede elétrica. Nesse contexto, o Lucro Líquido da Celesc Geração foi de R\$22,0 milhões, 1,5% maior do que o apurado em 2009 (R\$21,7 milhões).

### • Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

A SCGAS distribuiu, até dezembro de 2010, 636 milhões de metros cúbicos de gás natural. A partir das nove unidades denominadas “Estações de Recebimento – ER”, a Companhia fornece o gás natural às suas 1.988 unidades consumidoras, por meio de 883 km de rede de distribuição.

O Lucro Líquido apurado pela Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, em 2010, no valor de R\$80,7 milhões, foi 21% superior ao registrado em 2009 de R\$66,8 milhões, e representa incremento de R\$13,7 milhões no resultado da Celesc.

A receita da SCGAS é oriunda exclusivamente da venda do Gás Natural - GN, único produto comercializado pela companhia para os diversos segmentos de mercado. Em 2010, a receita líquida da SCGÁS foi da ordem de R\$453,3 milhões o que representa um crescimento de 2,40% em relação ao exercício de 2009. O resultado financeiro da SCGAS em 2010 foi positivo em R\$4,7 milhões

### • Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2010, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE obteve Receita Operacional Líquida de R\$56,6 milhões e Lucro Líquido de R\$29,5 milhões. O Lucro Líquido é superior em 1,6% ao apresentado em 2009, e acrescentou ao Lucro Líquido consolidado da Celesc em 2010, o montante de R\$9,1 milhões.

### Exercício de 2009

Os resultados obtidos em 2009 refletiram a desaceleração econômica decorrente dos efeitos da crise financeira internacional. Somente nos últimos meses do ano, o nível das atividades começou a se restabelecer de forma a produzir relativa melhoria dos indicadores econômico-financeiros.

Em 2009, o Grupo Celesc registrou lucro líquido de R\$124,3 milhões, um resultado bastante modesto em relação ao resultado de anos anteriores.

Em que pese a manutenção da trajetória de crescimento da Receita Operacional Líquida consolidada (ROL) – cujo resultado em 2009 acumulou R\$3.498 milhões, o EBITDA acumulado da Celesc caiu, somando R\$219,13 milhões. Concorreu para tanto o aumento das despesas operacionais decorrente de fatores extraordinários relevantes na subsidiária de distribuição.

#### • Celesc Distribuição S.A.

Em 2009, colaboraram para o desempenho deste indicador: o maior consumo de energia elétrica proveniente do crescimento vegetativo, a recuperação expressiva do mercado no quarto trimestre de 2009 e o reajuste tarifário concedido pela ANEEL em agosto (em média +6,96%).

A evolução da receita, porém, não foi suficiente para cobrir o aumento das despesas operacionais que foram impactadas tanto por fatores recorrentes como os encargos de uso da rede elétrica (TUST) e as despesas com o PROINFRA, quanto por fatores não recorrentes (ajustes contábeis extraordinários), tais como: a reversão de ativos regulatórios referentes à PIS e CONFINS (R\$33,5 milhões), a RTE Energia Livre (R\$40,6 milhões) e o reconhecimento do ICMS dos consumidores de baixa renda no valor de R\$17,7 milhões.

Essa sorte de ajustes excepcionais afetou em cerca de R\$66,6 milhões o lucro líquido do exercício de 2009 da distribuidora, que fechou 2009 com resultado líquido de R\$71,5 milhões.

Há de se destacar a forte campanha contra a inadimplência realizada pela Celesc Distribuição, protagonizada por meio de ações que incluíram o cumprimento rigoroso dos prazos para suspensão do fornecimento e de cadastramento dos inadimplentes junto ao Serviço de Proteção ao Crédito – SPC.

Ao longo do período, foram recuperados R\$162,7 milhões, incrementando a arrecadação total da Celesc Distribuição, que no quarto trimestre de 2009 (4T09) apresentou o montante de R\$1.391 milhões.

#### • Celesc Geração S.A.

A Receita Operacional Bruta da subsidiária de geração foi de R\$57,7 milhões, 10,99% menor que o ano anterior, devido aos efeitos da queda no Preço de Liquidação das Diferenças – PLD praticado nos submercados. Reflete, porém os efeitos da estruturação o crescimento das despesas operacionais, que passaram de R\$ 4,0 milhões em 2008 para R\$11,6 milhões em 2009.

Além disso, a Provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro em 2009 foi de R\$9,3 milhões contra R\$3,2 milhões em 2008. Este acréscimo decorre da mudança da forma de tributação que ocorria com base no Lucro Presumido e que, por força de Lei Federal, passou a ser praticada com base no Lucro Real. Nesse contexto, o Lucro Líquido da Celesc Geração foi de R\$24,8 milhões, 44,7% menor do que o apurado em 2008 (R\$44,8 milhões).

#### • Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

O Lucro Líquido apurado pela Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, em 2009, no valor de R\$66,8 milhões, foi 78,11% superior ao registrado em 2008 de R\$37,3 milhões, e representa incremento de R\$11,4 milhões no resultado das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita da SCGAS é oriunda exclusivamente da venda do Gás Natural - GN, único produto comercializado pela companhia para os diversos segmentos de mercado. Em 2009, a receita líquida da SCGÁS foi da ordem de R\$442,7 milhões o que representa um crescimento de 8,24% em relação ao exercício de 2008. O resultado financeiro da SCGAS em 2009 foi positivo em R\$9,7 milhões dos quais R\$6,5 milhões refere-se a ganho de variação monetária decorrente do comportamento da cotação do dólar entre o período de recebimento do gás e pagamento da respectiva fatura. A geração de caixa da SCGÁS foi positiva em R\$23,7 milhões.

### • Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE

Em 2009, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE obteve Resultado Operacional de R\$35,9 milhões (R\$31,4 milhões em 2008) e Lucro Líquido de R\$25,6 milhões (R\$22,9 milhões em 2008.). O Lucro Líquido é superior em 11,8% ao apresentado em 2008, e acrescentou ao Lucro Líquido consolidado da Celesc em 2009, o montante de R\$5,3 milhões.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Comentam-se a seguir as principais variáveis que possuem e possuíram impacto sobre a receita.

### • Valor da Tarifa

As tarifas reguladas de energia elétrica constituem o principal fator de influência sobre o volume de receitas. Mais exatamente, 96,19 % da receita líquida total de 2011 refere-se a venda de energia elétrica.

No mercado cativo, sob efeito das migrações para o ambiente de contratação livre, o volume do consumo apresentou, em 2011 (15,80 GWh), decréscimo de 2,4% em relação a 2010 (16,20 GWh). Na classe industrial, onde ocorre maior frequência de migrações, a redução do consumo, no ano, chegou a 13%. No mercado livre, o crescimento registrado no ano foi de 34,1%, em relação ao mesmo período de 2010, acumulando 4.174 GWh. Nesse sentido, a administração das Centrais Elétricas de Santa Catarina trabalha fortemente em manter um relacionamento aberto e positivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica, com o Governo Federal e outros participantes do mercado de forma que o processo de revisão das tarifas reflita sempre a realidade, atendendo aos justos anseios da sociedade catarinense e dos investidores.

Considerando que as Centrais Elétricas de Santa Catarina possuem somente uma subsidiária de distribuição, a Celesc Distribuição, a variação no valor das tarifas segue sempre uma mesma lógica, embora possa se aplicar de modo diverso a diferentes classes de consumidores:

Data	Resolução Homologatória ANEEL	Reajuste tarifário anual econômico	Componentes Financeiros pertinentes	Efeito Médio (consumidores cativos)
4/8/2009	856	4,80%	6,51%	6,96%
6/8/2010	1.037	9,25%	7,50%	9,85%
5/8/2011	1.183	1,58	6,39%	1,19%

No triênio reporta-se como efeito médio sobre consumidores cativos um reajuste acumulado de 18,89% (nominais), o que deve, contudo ser avaliado sob o prisma de uma taxa de inflação.

Nesse sentido, os reajustes ficam - em termos reais - pouco acima da inflação acumulada no triênio (medida pelo IGP-M/FGV)

Em dois de fevereiro de 2010, em Reunião Pública Ordinária, a ANEEL aprovou proposta para o termo aditivo aos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica. Este termo aditivo altera a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, retirando de sua base de cálculo o efeito da variação de mercado sobre os Encargos Setoriais quando do cálculo do Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT.

A Administração da Companhia não espera que haja impactos materiais em seus resultados futuros ou na sua condição financeira decorrente da aplicação.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A nova metodologia prevista nesse aditivo já foi aplicada aos reajustes tarifários que ocorreram em fevereiro de 2010, tornando definitivos os valores homologados para as oito distribuidoras do grupo.

Em 05 de agosto de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Homologatória 689 concedeu um ajuste médio negativo de 3,36% às tarifas da Celesc Distribuição, como resultado provisório do segundo ciclo de revisão tarifária.

Em 2011, inicia-se o terceiro ciclo de revisões tarifárias com base na metodologia oriunda da Audiência Pública nº040/2010. Além da implantação da nova metodologia de revisão tarifária, haverá nesse ciclo tarifário a alteração da metodologia de cálculo da estrutura tarifária submetida à Audiência Pública nº 120/2010.

### • Ambiente de Contratação livre

Em 2010, o desempenho (físico) do mercado na área de concessão da Celesc Distribuição, incluindo mercados cativo e livre e perdas, registrou expansão de 7,4% em relação ao resultado de 2009, totalizando 20.950 GWh (gigawates-hora) e ficando acima da variação da carga do Sul do país.

Em 2011, porém, deu-se o contrário, estando o mercado cativo em patamar inferior relativamente a 2010. Migrações para a Área de Contratação Livre são responsáveis por essa queda, visto que foi verificada uma baixa no consumo de energia elétrica de -2,4% na comparação do ano de 2011 com o de 2010, enquanto que o mercado na área de concessão apresentou resultado positivo de 3,4% na comparação do mesmo período.

A classe industrial foi majoritariamente influenciada pelas migrações para a Área de Contratação Livre.

Ainda que um consumidor opte por ser um Consumidor Livre ao invés de fazer parte do sistema de tarifas reguladas, esse deve pagar a Celesc Distribuição a tarifa pelo uso do sistema de distribuição (TUSD) o que compensa até certo ponto receitas operacionais decorrentes.

A redução do consumo, somada à migração de indústrias para o Ambiente de Contratação Livre – ACL resultou na involução de 13% na participação da classe no mercado cativo.

De acordo com as denúncias contratuais emitidas pelos consumidores potencialmente livres e potencialmente especiais atendidos no mercado cativo, existe a expectativa de aumento no volume de energia negociada no ACL de aproximadamente 30 MW médios para o ano de 2012.

### • Energia Elétrica Adquirida

No ano de 2011, o montante de energia requerida pela Companhia para atender o seu mercado cativo e as perdas, foi de 18.044 GWh. No período foi contabilizado pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, contratos CCEARs, 72,3%, Itaipu, 25,8%, e outros 1,9%.

### • Perdas Regulatórias

De acordo com a última revisão tarifária periódica da Celesc Distribuição S.A. a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,73%. Desse total, conforme Nota Técnica nº 237/2009-SRE/ANEEL, 6,17% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,56% às perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2011, as perdas globais representaram 7,38% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,11% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2009) e 1,27% correspondem às perdas não técnicas.

### • Celesc Geração: Preço de liquidação de diferenças

Os contratos de curto prazo (inferiores a seis meses) tiveram um resultado de R\$ 2,2 milhões em 2011 contra R\$ 7,0 milhões em 2010, em virtude da redução do Preço de Liquidação e Diferenças – PLD. A redução do PLD foi motivada pela sobra de energia no mercado, em consequência da desaceleração da economia e os altos níveis detectados nos reservatórios das hidrelétricas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### • SCGÁS: Tarifas e preço do petróleo

Em 2011 a SCGÁS manteve um aumento no volume vendas e expandiu a rede de distribuição de gás natural e o número de municípios atendidos, demonstrando o compromisso de seus empregados, administradores e acionistas em ampliar o acesso da sociedade catarinense a essa importante infra-estrutura.

A empresa enfrentou este ano um grande desafio que foi o forte aumento observado no custo de aquisição do Gás Natural – GN, decorrente a precificação estabelecida no contrato de suprimento. Tal aumento foi de 49,5% impactado principalmente pela alta das cotações do petróleo no mercado internacional. Paralelo a isto a crise econômica mundial afetando consideravelmente a economia catarinense principalmente o setor industrial dificultando os repasses do aumento do custo do GN para a tarifa de venda.

Outra dificuldade enfrentada foi no âmbito regulatório, onde a SCGÁS em 2011, protocolou diversos pedidos de reajuste tarifário para a Agência Reguladora – AGESC conforme fundamentados no aumento do custo do aumento do GN e que não foram atendidos, desta forma contribuiu para a queda significativa dos resultados apresentados.

Apesar das adversidades, os resultados apresentados demonstraram o alinhamento das ações da SCGÁS com sua missão de dotar o Estado de Santa Catarina com rede de gasodutos, distribuir e fomentar a utilização de gás, com a visão de estar presente em todas as regiões do Estado com padrão de excelência sob a ótica do cliente.

Estima-se que as margens se tornem mais altas à medida que novos projetos de geração e fornecimento de gás entrem em operação.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

### • Conjuntura Econômica: Brasil e Santa Catarina

Considerando que todas as operações encontram-se no Brasil, afeta as Centrais Elétricas de Santa Catarina a conjuntura econômica brasileira em geral, e mais especificamente a economia catarinense.

Na última década o crescimento da economia brasileira se caracterizou por grandes variações, assinalando um baixo crescimento real até 2003 e visível processo de retomada – estancado em 2009, devido à crise mundial. Em 2010 observa-se nova recuperação, contudo ainda persistam claras consequências da crise de 2009.

A inflação tem como efeito, afetar os custos e logo, margens de lucro. Aumentando o valor de parte dos custos e encargos financeiros corrigidos. Ainda que uma parte de tais custos seja recuperável na tarifa pelo instituto da “Parcela A”, ocorre um lapso de tempo até o reajuste tarifário.

A economia catarinense ainda que líder em diversos gêneros industriais de amplo consumo interno é também fortemente dependente das exportações, razão pela qual o câmbio desfavorável pode ter impacto visível sobre o desempenho econômico do Estado em particular.

Em 2011, mesmo com a manutenção de uma taxa não favorável no câmbio e crise na União Europeia, a recuperação dos Estados Unidos – que liderou a compra por produtos catarinenses equilibrou a balança e permitiu a manutenção de crescimento da atividade industrial, ainda que em níveis modestos.

### • Classe Residencial e Comercial

Os principais condicionantes positivos do consumo dessas classes é o nível de emprego, massa salarial e extremos de temperatura, considerando o clima sub-temperado em partes do Estado.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### • Classe Industrial

É bastante correlacionada com o Produto Interno Bruto e outras variáveis agregadas, como taxa de juros, câmbio e demanda externa. A classe industrial é a que maior alteração – e retração – apresenta em casos de crises econômicas, nacionais e mundiais.

Em volume de produção e emprego, os principais setores da indústria catarinense são: têxtil, Agroindustrial, Alimentício, Metal-Mecânico e Cerâmico.

### • Efeitos localizados na Companhia

Algumas variáveis apresentam efeitos bastante difusos e variados no tempo, inclusive com forte ambigüidade. Existem, porém, variações conjunturais, cujos efeitos decorrentes são relativamente estimáveis.

Desses, além dos que já foram mencionados, pode-se destacar os efeitos de inflação e taxas de juros sobre os ativos e passivos da empresa. Merecem destaque as contas de Títulos e valores mobiliários circulante, Contas a receber não circulante e a conta do passivo: Empréstimos e financiamentos.

Uma parcela significativa dessas encontra-se vinculada ao CDI, em diferentes percentuais, cujas diferenças – além da própria composição ativo/passivo, pode produzir resultados variados em razão da taxa CDI.

Segundo análises de sensibilidade realizada pela contabilidade das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma variação de 4,64 pontos percentuais em relação ao cenário mais provável do CDI podem ocasionar uma variação de cerca de 14% sobre o saldo conjunto dessa três contas.

### • Efeitos da taxa de juros

Em conformidade com a Lei no 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2011, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$82.501. (o que corresponde a R\$2,01831360 por ação ordinária e R\$2,22014496 por ação preferencial, líquido de imposto de renda na fonte) foi contabilizado como despesa financeira.

No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

### • Efeitos da taxa de câmbio

Apresenta e apresentou baixa influência na receita e resultados das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma vez que não existem contratos em moeda estrangeira.

Entretanto, em 2011, a taxa de câmbio desfavoreceu alguns setores industriais catarinenses como o setor têxtil, por exemplo. Tal fato trouxe diminuição no faturamento de distribuição de energia elétrica.

A taxa de câmbio, sobretudo a mantida em 2011 impactou nas vendas da SCGás via preço do petróleo, o que elevou os custos do gás.

### • Efeitos da inflação

O setor elétrico conta com reajustes periódicos que tendem a evitar maiores impactos derivados da inflação.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### a. introdução ou alienação de segmento operacional

A última introdução de segmento operacional nos negócios do Grupo Celesc ocorreu em setembro de 2007, quando a companhia assumiu o controle da SCGÁS, a concessionária distribuidora de gás natural em 100% do território do Estado de Santa Catarina.

A Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total daquela Empresa.

### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2009, a Celesc aumentou sua participação na ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ao exercer o direito de preferência na venda, por parte de um dos sócios, de ações representativas de **1,62%** do capital total.

**Quadro 3: ECTE - Evolução da participação da CELESC na Composição do Capital Social em Ações**

ACIONISTA	em 31/12/2008		Aquisição em 30/06/09	em 31/12/2009		Aquisição em 12/11/2010	em 31/12/2010	
	QUANTIDADE	%		QUANTIDADE	%		QUANTIDADE	%
ALUPAR	16.838.146	40,00%	0,01%	16.843.146	40,01%	10,01%	21.056.856	50,02%
<b>CELESC</b>	8.418.998	20,00%	1,62%	9.101.584	21,62%	9,26%	13.001.025	30,88%
CEMIG	3.157.124	7,50%	5,87%	5.626.513	13,37%	5,73%	8.037.111	19,09%
MDU	10.523.748	25,00%		10.523.748	25,00%		42.095.000	100%
BIP	3.156.974	7,50%		42.095.000	100%			
<b>TOTAL</b>	<b>42.095.000</b>	<b>100%</b>						

Conforme Fato Relevante publicado em 19/11/2009, a Celesc celebrou também, Contrato de Compra e Venda de Ações, para exercer o direito de preferência na aquisição de outros **9,26%** do Capital Social da ECTE. Após a conclusão da operação, com a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.416 de 25 de maio de 2010; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de outros órgãos financiadores, foi realizada, em 12 de novembro de 2010, a transferência para a Celesc das ações de propriedade da MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l., que representam 9,26% do capital votante e total da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE, pelo valor correspondente de R\$20.163.673,71. Com a aquisição as Centrais Elétricas de Santa Catarina passaram a deter 30,88% do capital votante e total daquela empresa.

### • Celesc Geração

Além de investir na ampliação e repotenciação das usinas que compõem seu parque gerador, a subsidiária de geração está investindo na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novas usinas e na diversificação da matriz energética do Estado. Através da Chamada Pública nº. 001/2008 a Celesc Geração S.A. busca participar de Sociedades de Propósito Específico – SPE para implantação de novos projetos de Pechas.

No ano de 2009 houve a constituição de sete parcerias com empresas privadas, para a implantação e exploração de nove empreendimentos.

**Quadro 4: Celesc Geração - Parcerias para novos empreendimentos**

Empreendimentos		Potência Instalada	% Celesc Geração
	PCH Rondinha	9,6 MW	30%
	PCH Campo Belo	9,0 MW	30%
	PCH Painei	9,2 MW	30%
	PCH Boa Vista	5,0 MW	30%
	PCH Mangueira de Pedra	9,0 MW	30%
	PCH Xanxerê	6,0 MW	30%
	PCH Belmonte	3,6 MW	25%
Rio das Flores	PCH Prata	3,0 MW	25%
	PCH Bandeirante	3,0 MW	25%

### c. eventos ou operações não usuais

Não resulta no período a ocorrência de operações eventos ou operações não usuais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01.01.2011. A observação dos procedimentos prescritos e aprovados por Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

O principal impacto da adequação das demonstrações financeiras da Celesc ao IFRS aparece na interpretação do IFRIC12/ICPC01, norma que permite às concessionárias de serviços públicos cobrarem, do poder concedente, o uso da infra-estrutura resultante dos contratos de distribuição, transmissão de energia elétrica e gás natural canalizado. A medida refletiu em aumento de R\$259,5 milhões no resultado do Grupo em 2009 e na redução de R\$17,3 milhões no resultado de 2010.

Em 2010, o resultado financeiro do Grupo recebeu incremento de cerca de R\$ 16 milhões, ao refletir o valor justo do investimento junto à coligada CASAN - Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina, da qual detém 15,76% de participação acionária.

Por outro lado, a composição do balanço de abertura em IFRS (ICPC 00) promoveu aumento no patrimônio da Celesc Geração em virtude da aplicação do valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado. Os reflexos foram percebidos em 2009 e 2010, com o aumento da depreciação e conseqüentemente redução do resultado econômico do Grupo em aproximadamente R\$3 milhões no exercício de 2009 e no exercício de 2010.

A Empresa está adotando os dispositivos da Lei nº. 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº. 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade ("IFRS").

Devido às Centrais Elétricas de Santa Catarina atuarem em um setor regulado, coberto por contratos de concessão de serviço público de energia elétrica e de gás natural, práticas diferenciadas de contabilização dos ativos de concessão deverão ser adotadas - o que causa impacto mais significativo nos Relatórios Financeiros.

#### • Aplicação dos CPCs 37 e 43 do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs, tendo a companhia aplicado os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 em sua preparação.

A data de transição foi 1º de janeiro de 2009, quando a administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFR. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

A companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

#### (a) Isenção de combinação de negócios

A companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009 - data de transição.

#### (b) Isenção do valor justo como custo presumido

A companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009.

#### (c) Isenção do benefício a empregados

A companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009.

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

#### (a) Exceção das estimativas

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"), exceto pelas premissas atuariais (Nota 30.2.1).

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nas áreas de contabilização de hedge, reversão de ativos e passivos financeiros e participação de não controladores.

### • Conciliação entre BR GAAP e IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição para o exercício de 2010.

#### (a) Consolidação

De acordo com a adoção inicial do IFRS/CPCs, a companhia passou a realizar a consolidação proporcional de investimentos controlados em conjunto que no BR GAAP antigo eram consolidados integralmente e/ou por equivalência patrimonial.

#### (b) Laudo de avaliação do imobilizado

A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado de sua controlada Celesc Geração. O laudo de avaliação do imobilizado realizado em 1º de janeiro de 2009, determinou seu valor justo em R\$ 261.572, um aumento de R\$ 227.643 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totaliza R\$ 33.928. O aumento em 31 de dezembro de 2009 representava R\$ 223.011. Bem como uma redução do resultado em 2009 de R\$ 4.633.

#### (c) Contratos de concessão

Em decorrência da adoção da interpretação do IFRIC12/ICPC01, referente às concessionárias de serviços públicos, e resultante dos contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e gás natural canalizado, que permite ao Grupo o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura do poder concedente, o Grupo reconheceu:

- um ativo financeiro indenizatório correspondente ao valor devido pelo concedente ao Grupo, que será liquidado durante ou ao final da concessão de forma direta ou indireta;
- um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e gás natural.

Desse modo, o ativo financeiro indenizatório reconhecido inicialmente pelo valor justo foi classificado pelo Grupo como recebível e remensurado subsequente pelo custo amortizado, calculado pelo método de juros efetivos.

O ativo intangível está reconhecido como remuneração pela prestação de serviço de construção ou melhoria da infra-estrutura da concessão. O reconhecimento inicial foi realizado segundo critérios previstos no CPC04/IAS 18, divergente das práticas contábeis anteriores. Desta forma, foram considerados os efeitos da economia hiperinflacionária de 1996 e 1997, excluídos os gastos administrativos, além da capitalização de juros de acordo com as novas práticas e apresentação das obrigações vinculadas à concessão como redutora do custo de formação do intangível.

O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas reflete um aumento de R\$ 279.196 em 1º de janeiro de 2009 e de R\$ 259.501 em 31 de dezembro de 2009, bem como uma redução do resultado de 2009 em R\$ 17.320.



## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Adicionalmente o Grupo reconheceu em suas demonstrações do resultado as receitas e as despesas correspondentes às construções e melhorias da infra-estrutura dos bens da concessão de acordo com o previsto no CPC17/IAS11.

### (d) Ágio

Desde 1º de janeiro de 2009, os ágios gerados pela aquisição de controladas em conjunto não estavam sendo amortizados. De acordo com IAS 38 os intangíveis com vida útil definida devem ser amortizados. Assim, o saldo residual do ágio a partir de 1º de janeiro de 2009 passou a ser amortizado pelo prazo remanescente dos contratos de concessão das controladas em conjunto. O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas refletiu uma redução no montante de R\$ 1.528 no resultado de 2009.

### (e) Ativos e passivos regulatórios

Até 2009, a controlada Celesc Distribuição reconhecia nos termos do BRGAAP antigo as diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos como ativos e passivos regulatórios. Uma vez que ativos e passivos regulatórios não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos e passivos de acordo com as IFRS/CPCs a realizou-se a baixa de seus ativos e passivos regulatórios.

O efeito do reconhecimento dessa diferença de prática reflete uma redução em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 135.386 e em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 68.284, bem como um aumento no resultado de 2009 de R\$ 67.102.

### (f) Ajustes de investimentos

Dois investimentos, em consonância com BRGAAP antigo, eram tratados a custo histórico: a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e Dona Francisca Energética S.A. (DFESA). Em atendimento às novas práticas contábeis, o Grupo mensurou o investimento na CASAN pelo valor justo de acordo com o CPC38/IAS39 e o investimento na DFESA pelo método da equivalência patrimonial. Tais atos resultaram em aumento nos ativos de R\$ 46.506 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 56.125 em 31 de dezembro 2009, além de aumento no resultado de R\$ 9.619 em 2009.

### (g) Gastos com serviços em curso

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo, o Grupo adotava como prática contábil a capitalização de gastos de manutenção no ativo circulante até a finalização do serviço.

A aplicação da norma segundo a qual gastos de manutenção que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devam ser lançados como despesa imediatamente; resultou na redução nos ativos de R\$ 11.576 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 132 em 31 de dezembro 2009, bem como no aumento no resultado em 2009 de R\$ 11.444.

### (h) Benefícios a empregados

O Grupo reavaliou as suas premissas atuariais para determinar o passivo atuarial para a primeira adoção das IFRS. A aplicação dessas novas premissas atuariais e da adoção do CPC33/IAS19 resultou no aumento do passivo em R\$ 409.052 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 487.411 em 31 de dezembro 2009, reduzindo o resultado em R\$ 78.359 no exercício de 2009.

### (i) Juros sobre capital próprio e dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos vinham sendo reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorreria no exercício seguinte. Em cumprimento a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal, ou seja, qualquer pagamento acima

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 15.736 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório declarado após 1º de janeiro de 2008. Igualmente, o montante de R\$ 10.102 de 31 de dezembro de 2008 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

**(k) Imposto e contribuição social**

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o IFRS e totalizavam R\$ 16.720 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 24.120 em 31 de dezembro de 2009, R\$ 7.400 no resultado do exercício de 2009.

Adicionalmente o Grupo reavaliou os impostos e contribuições sociais diferidos, registrados nos termos do BR GAAP antigo para atendimento ao CPC 32/IAS 12, resultando na redução de R\$ 8.894 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 5.504 em 31 de dezembro 2009, bem como um aumento no resultado de R\$ 3.390 em 2009.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

No que respeita ao Parecer dos Auditores Independentes referente às demonstrações do exercício de 2011 e 2010 apenas um parágrafo de ênfase requer comentário. Os auditores independentes destacam que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 - apresentados para fins de comparação - foram anteriormente auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em março de 2010, o qual continha uma ênfase sobre a realização dos valores a receber do acionista majoritário, o Estado de Santa Catarina, o qual foi regularizado com a assinatura do termo de acordo de extinção de débito, onde o Governo autorizou a retenção de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios passados e subseqüentes até a total liquidação do referido débito.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As normas IFRS e as normas do CPC exigem que a administração da empresa ao preparar as demonstrações contábeis, realize julgamentos, avaliações e estimativas. Algumas dessas são capazes de influir nos valores estimados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem apresentar divergência significativa em relação às estimativas e julgamentos realizados nas demonstrações contábeis da companhia e de suas controladas. Alguns dos temas e objetos de previsão, avaliação e estimativa são altamente imponderáveis, o que frequentemente obriga a Administração a adotar opiniões qualificadas de especialistas.

Vale ressaltar que alguns temas são capazes de prejudicar as demonstrações financeiras a depender das estimativas adotadas. Nesse sentido, os ativos de longo prazo se colocam em uma posição de especial atenção uma vez que compreendem 72,6% do total de ativos.

De regra, os saldos demonstrados no balanço patrimonial vinham tomando por base custos históricos, líquidos de depreciação e amortização. A CPC 01, entretanto, obriga a sua reavaliação, a fim de verificar se os respectivos valores contábeis são compatíveis com seus rendimentos futuros esperados. Uma vez que tal condição não se verifique é forçoso o reconhecimento da perda total ou parcial.

Tal avaliação, entretanto, baseia-se sobre a estimativa dos fluxos de caixa futuros que lhes são decorrentes.

De modo geral, essa avaliação e estimativa é feita considerando-se premissas sobre o comportamento do mercado e condições gerais, inclusive regulatórias e outras operações futuras. Mudanças no quadro de previsões e estimativas forçariam a companhia a reconhecer perdas por desvalorização em períodos futuros.

Os aspectos contábeis considerados críticos provenientes de julgamentos, estimativas e políticas contábeis encontram-se explicitados em nota explicativa, nas demonstrações financeiras.

Com muita diligência e frequência estimativas e julgamentos são revisados. Nas demonstrações contábeis os tópicos com maior influência de estimativas e julgamentos são:

### • Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

### • Impairment de ativos financeiros disponíveis para a venda

O Grupo segue as orientações do CPC 38/IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina não reconheceram em seu patrimônio líquido as reduções ao valor justo de tributos sobre o lucro, benefícios a empregados e *impairment* de ágios por considerarem insignificantes seus resultados.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Diretoria entende que a Companhia pratica níveis adequados de controles internos de forma a assegurar a confiabilidade dos seus relatórios financeiros e contábeis. Os aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração são imediatamente encaminhados à área responsável que elabora o plano de ação monitorado pelo diretor responsável.

Em matéria de controle interno o grupo dispõe de áreas adequadas com a missão de verificar a eficiência dos processos e a correção das informações, assegurando o cumprimento das normas internas e externas.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina tem suas contas auditadas tanto pela auditoria independente, quanto pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, além, naturalmente, pelos competentes órgãos reguladores Federal (ANEEL) e Estadual (AGESC).

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

A Diretoria avalia detalhadamente as recomendações elaboradas pelos auditores independentes quando do recebimento do relatório que aborda os controles internos da Companhia, apurando as oportunidades de melhorias nos aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração. Cumpre destacar que não existem deficiências relevantes que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

A Companhia informa que não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três exercícios anteriores.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet itens):

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. contratos de construção não terminada;

No decorrer do ano de 2011 transcorreram as obras civis e início da montagem eletromecânica para ampliação da PCH Pery, da Celesc Geração. Localizada em Curitiba, a usina tem potência instalada de 4,4 MW e passará a contar, após a conclusão da repotenciação, com capacidade de 30 MW. O início da operação comercial está previsto para o fim de 2012.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Não existem itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.2011

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum pronunciamento específico referente às exigências da contabilização de garantias, e, portanto, a emissão de garantias não era necessariamente registrada nas demonstrações financeiras.

Com a adoção dos pronunciamentos que tratam sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de instrumentos financeiros (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) a partir de 1º de janeiro de 2009, a companhia passou a registrar as garantias emitidas superiores a sua participação nos empreendimentos controlados em conjunto.

Desta forma, não há itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A expectativa de aumento da receita com a conclusão e entrada em operação da PCH Pery será de R\$1,4 milhões mensais.

b) natureza e o propósito da operação;

Geração e Venda de energia elétrica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

As obrigações oriundas e direitos gerados se equivalem